

EDITAL N.º 02/2020 CE – FUNAD/SENAD/MJ

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas/Senad, com apoio da Estrutura Organizacional do Estado do Ceará, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado, constituída pela Portaria nº 77, de 2020, publicada no D.O.U, em 20 de janeiro de 2020, torna público que no local, data e horário indicados no item “1” do presente edital, será realizada licitação, na modalidade LEILÃO, do tipo maior lance, modalidade exclusivamente eletrônico (on-line), em conformidade as medidas preventivas recomendadas pela OMS e o Ministério da Saúde, evitando a disseminação da COVID-19, para venda de bens indicados no anexo deste edital, de propriedade do Funad, conforme o teor dos autos do Processo 08129.002398/2020-36 (tramitando no estado do Ceará através do VIPROC Nºs 04459454/2020 e 04744388/2020), a ser conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial, Celso Alves Cunha, inscrito na Junta Comercial do Estado do Ceará sob a matrícula nº 013, por força do contrato nº 071/2020, em conformidade com a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterada pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993 e nº 9.804, de 30 de junho de 1999; Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2003, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e, com base no art. 6º do Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1932, alterado pelo Decreto 22.427, de 01 de fevereiro de 1933, e Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019, bem como as condições abaixo:

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO LEILÃO

1.1. Local: Online através do endereço eletrônico: www.celsocunhaleiloes.com.br.

1.2. Data: 30 de julho de 2020.

1.3. Horário: Encerramento às 16:00h, horário de Brasília/DF.

2. DOS BENS OBJETO DO LEILÃO

2.1. Os bens a serem licitados constituem os lotes discriminados no anexo, integrante deste edital, estando disponíveis para exame e visitação, nos locais, período e horários abaixo informados.

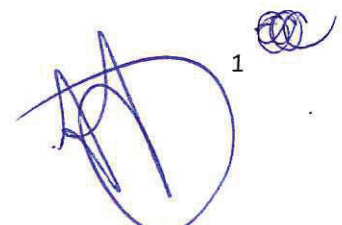
2.1.1. Veículos – poderão ser visitados e examinados presencialmente, nos dias 28 e 29 de julho de 2020, por agendamento, a fim de evitar aglomerações conforme orientação do governo do estado do Ceará, nos endereços indicados para cada lote no pátio do Leiloeiro Público Oficial, localizado na Rua Sucan, S/N - Urucunema - Eusébio/CE - CEP 61760-000 (Antigo Estacionamento do Forró no Sítio) no horário das 09h00h às 16h:00h.

2.2. Os bens relacionados serão leiloados nas condições em que se encontram, e sem garantia, não cabendo ao leiloeiro e à comitente vendedora a responsabilidade por qualquer problema ou defeito que venha a ser constatado posteriormente, na constituição, composição ou funcionamento dos bens licitados, pressupondo-se, a partir do oferecimento de lances, o conhecimento das características e situação dos bens, ou o risco consciente do arrematante, não aceitando a respeito deles qualquer reclamação ou desistência posterior, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, procedência ou especificação, cujos lotes, constantes do anexo, contêm as seguintes peculiaridades, conforme o estado que os compõem:

2.2.1. SEM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO – SUCATAS

(Veículos irrecuperáveis, que serão baixados definitivamente no Registro Nacional de Veículos Automotores - Renavam e não poderão voltar a circular, sendo passíveis, tão somente, para reutilização de peças que não apresentem irregularidades ou adulterações) e outros bens móveis;

1



2.2.2.COM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO

(Veículos recuperáveis que poderão voltar a circular).

2.3. O Leiloeiro Público Oficial e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/Senad não se responsabilizam por eventuais erros tipográficos (digitação) que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante (comprador) verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. Sendo assim, a VISITAÇÃO DOS BENS TORNA-SE ESSENCIAL (exceto joias), não cabendo reclamações posteriores à realização do certame.

2.4. Caso o licitante opte por não visitar o bem, deverá emitir declaração (modelo em anexo ao presente edital) atestando conhecer as condições e peculiaridades do objeto, bem como assume total responsabilidade por não fazer uso da faculdade de vistoriar os bens.

2.5. Os lotes são discriminados um a um, contendo a descrição sucinta dos bens, o número do processo-crime, a vara e comarca de origem, a localização, o valor mínimo de arrematação (avaliação).

3. DOS PARTICIPANTES

3.1. A participação no leilão implica no conhecimento e aceitação, por parte dos licitantes, das exigências e condições estabelecidas neste edital, sendo os casos omissos dirimidos pela Comissão de Leilão, conforme subitem 13.2 deste Edital.

3.2. Poderão participar da licitação, pessoas jurídicas ou físicas, de que tratam os art. 28 e 29, inciso I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, ou seus procuradores, desde que munidos de instrumento público ou particular de mandato, ou cópia devidamente autenticada, os quais deverão apresentar, necessariamente, seus documentos de identificação.

3.2.1. Se Pessoa Jurídica: a) Apresentar o registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário e a comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.2.2. Se Pessoa Física: a) Apresentar a cédula de identidade e a comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

3.3. Os interessados em participar do leilão on-line deverão se cadastrar no portal eletrônico do leilão, observando as regras ali estabelecidas aceitando as condições de vendas previstas para o certame.

3.4. O cadastro deve ser feito, com pelo menos, 48 horas de antecedência ao início do fechamento do leilão, para análise dos dados do cadastro e confirmação da participação.

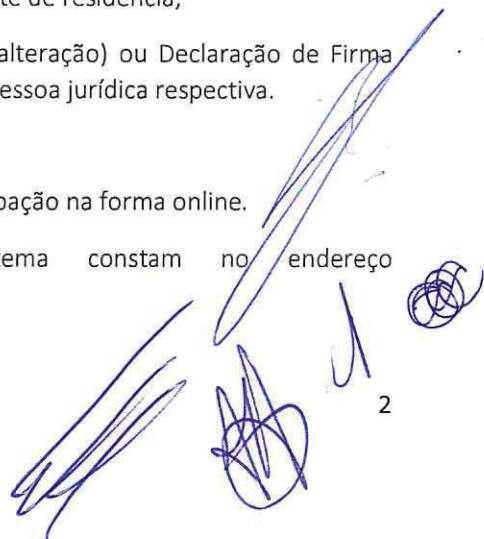
3.5. Para que seja confirmado o cadastro pela internet, será obrigatório no ato do seu preenchimento anexar cópias dos documentos solicitados no site www.celsocunhaleiloes.com.br, quais sejam:

3.5.1. Se pessoa física: Carteira de Identidade, CPF e comprovante de residência;

3.5.2. Se pessoa jurídica: CNPJ, contrato social (até a última alteração) ou Declaração de Firma Individual, RG e CPF do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica respectiva.

3.6. O cadastro prévio do usuário é requisito fundamental para a participação na forma online.

3.7. Maiores informações acerca do cadastro no sistema constam no endereço www.celsocunhaleiloes.com.br/cadastre-se



3.8. Os veículos que serão alienados como sucatas irrecuperáveis (subitem 2.2.1) somente poderão ser adquiridos por empresa de desmonte ou de reciclagem, devidamente credenciada pelo órgão de trânsito competente.

3.9. Cópias deste instrumento convocatório e seu anexo poderão ser obtidas pelos interessados no local descrito no subitem "1.1", com o Leiloeiro Público Oficial, Senhor Celso Alves Cunha, com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad-MJSP), localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 2º Andar, Sala 213, Brasília/DF, ou com a estrutura organizacional do Estado de Ceará, localizada em Rua do Rosário, 199 – Centro, Fortaleza/CE a partir da publicação do extrato deste, no horário de expediente, ou ainda, por meio de acesso, via internet, disponível no seguinte endereço eletrônico: www.mjsp.gov.br/.

3.10. Desta licitação pública (leilão) não poderão participar os servidores da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/Senad, da estrutura organizacional do Estado do Ceará, prevista pela Lei nº 11.343/2006, membros da Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado, o Leiloeiro Público Oficial bem como os parentes consanguíneos ou afins, consoante o estabelecido no art. 9º, inciso III, e §§ 3º e 4º, da Lei nº. 8.666/93.

3.11. Do mesmo modo, não poderão participar pessoas físicas e jurídicas impedidas de licitar e contratar com a administração, sancionadas com as penas previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei nº 8666/1993 ou, ainda, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Os documentos para consolidar a arrematação são os mesmos exigidos para participar da licitação.

5. DOS PROCEDIMENTOS

5.1. Os interessados efetuarão LANCES, presenciais ou virtuais (via internet), a partir do PREÇO MÍNIMO DE ARREMATACÃO (avaliação mínima), constante deste edital (item "2"), considerando-se vencedor o licitante (comprador) que houver apresentado a MAIOR OFERTA ACEITA pelo Leiloeiro Público Oficial, implicando pleno conhecimento e aceitação dos termos do presente edital e de seu anexo.

5.2. Uma vez aceito o lance, presencial ou virtual (via internet), não se admitirá a sua desistência, ficando o participante sujeito à responsabilização penal nos termos da Lei 8.666/1993.

5.3. O valor mínimo aceitável para arrematação de cada lote será o estimado no edital.

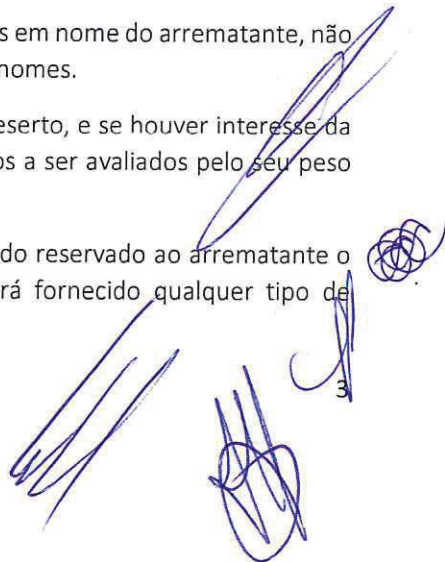
5.4. Os licitantes poderão ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.

5.5. O Leiloeiro se reserva no direito de, constata alguma irregularidade, voltar o referido lance dando igualdade de condições a todos os licitantes.

5.6. As documentações (nota de arrematação e auto de leilão) serão emitidas em nome do arrematante, não se admitindo, em hipótese alguma, a interferência de terceiros ou troca de nomes.

5.7. Para os lotes de sucata veicular, caso tenham sido encerrados como deserto, e se houver interesse da Administração, poderão ser incorporados a outro lote, passando os mesmos a ser avaliados pelo seu peso estimado. 43

5.8. Os lotes arrematados deverão ser retirados na sua totalidade, não sendo reservado ao arrematante o direito à retirada parcial dos mesmos e abandono do restante. Não será fornecido qualquer tipo de equipamentos ou mão de obra para a retirada dos bens.



5.9. No decorrer do certame, os lances deverão ser múltiplos de R\$ 100,00 (cem reais), não sendo aceitos valores inferiores e nem fracionados, podendo a Comissão de Leilão ou o Leiloeiro alterar essa diferença, tornando pública a alteração no ato do leilão.

5.10. Os interessados em participar do leilão on-line deverão se cadastrar no portal, observando as regras ali estabelecidas e aceitando as condições de vendas previstas para o certame.

5.11. No leilão on-line, o interessado poderá enviar lance antecipadamente à sessão pública, no lote de seu interesse, deixando-o registrado no sistema.

5.12. LANCES VIRTUAIS – VIA INTERNET

5.12.1. Serão aceitos lances virtuais (via internet) ofertados pelos licitantes previamente cadastrados no site do Leiloeiro Público Oficial (www.celsocunhaleiloes.com.br), cujos valores terão validade apenas para o dia e hora do leilão. O cadastro dos licitantes para lances virtuais (via internet), bem como toda tecnologia da informação empregada para a realização do leilão virtual, é de inteira responsabilidade do Leiloeiro Público Oficial.

5.12.2. No ato de arrematação, para cada lote, por lance virtual (via internet), o sistema emitirá um documento no valor de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação do lote, a título de caução, correspondendo esse montante, respectivamente, aos 5% (cinco por cento) relativos à COMISSÃO devida ao Leiloeiro Público Oficial, e aos 20% (vinte por cento), relativos à CAUÇÃO, pela arrematação do bem propriamente dito.

5.12.3. Ao comprador virtual (via internet) que desistir do lote arrematado não caberá devolução do recolhimento da caução de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação do lote, estando o mesmo ainda sujeito às sanções penais previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.12.4. Cabe ao Leiloeiro Público Oficial, por intermédio das ferramentas de tecnologia da informação utilizadas, garantir a comprovação do pagamento da caução prevista no subitem "5.12.2", não eximindo o arrematante de comprovar o citado pagamento, quando exigido, sob pena de responder as penalidades previstas no item "5.12.3".

5.13. LANCES PRESENCIAIS

5.13.1. No ato de arrematação, para cada lote, por lance presencial, o licitante vencedor (comprador) ou seu representante legal, munido da devida documentação que comprove tal situação, deverá efetuar imediato recolhimento bancário, na forma deste edital, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação do lote, correspondendo esse montante, respectivamente, aos 5% (cinco por cento) relativos à COMISSÃO devida ao Leiloeiro Público Oficial, e aos 20% (vinte por cento), relativos à CAUÇÃO, pela arrematação do bem propriamente dito. 44

5.13.2. O arrematante (comprador) substituirá ou complementarará a caução de que trata os subitens "5.12.2" e "5.13.1", impreterivelmente, no dia seguinte do leilão, até às 15h00min (horário local), por depósito em dinheiro, ou transferência, para a conta corrente de titularidade do Leiloeiro Público Oficial, Celso Alves Cunha, CPF: 476.348.474-53, Banco do Brasil, Agência nº 3474-6, Conta Corrente nº 24033-8, conta exclusiva do Leilão nº 02/2020 CE – FUNAD/SENAD/MJ, no valor total de arrematação, em qualquer situação, acrescido de 5% (cinco por cento), correspondente à comissão do Leiloeiro Público Oficial. Sendo o depósito, em dinheiro ou transferência eletrônica, para conta corrente informada, o arrematante deverá apresentar o respectivo comprovante da operação bancária, devidamente autenticado, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, sujeita, ainda, à confirmação junto à instituição financeira respectiva.

5.13.3. O descumprimento do subitem "5.14", ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, devidamente comprovadas e aceitas pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado, configurará a DESISTÊNCIA TÁCITA do arrematante, relativamente ao lote leilado, importando, nos casos de arrematação presencial ou virtual (via internet), na obrigação do recolhimento do valor de desistência, prevista no subitem "5.12.3", cujos valores serão incorporados ao Funad e ao Leiloeiro Público Oficial, respectivamente correspondendo a 20% (vinte por cento) a título de caução e 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro Público Oficial, permanecendo o bem como patrimônio do Funad a ser novamente leilado em momento oportuno.

5.13.4. A devolução da caução, bem como a entrega e liberação do lote arrematado, estará condicionada à confirmação da operação bancária de que trata o subitem "5.14".

5.13.5. Após a confirmação da operação bancária descrita no subitem "5.14", será lavrada a respectiva nota de venda em leilão (recibo definitivo/fatura de leilão), discriminando o valor de venda (arrematação) e o valor de 5% (cinco por cento) relativo à comissão do Leiloeiro Público Oficial.

5.13.6. O arrematante (comprador) assume inteira responsabilidade, tanto na esfera cível quanto na penal, relativamente às perdas e danos ocasionados em decorrência de eventual devolução de cheques dados em pagamento e/ou caução, ensejando o ajuizamento do devido processo legal.

6. DOS LANCES

Os lances poderão ser ofertados de maneira:

6.1. Eletrônica/online:

6.1.1. A partir da publicação do leilão e após estar devidamente habilitado a participar no sistema, o interessado poderá enviar pré-lances à sessão pública, no lote de seu interesse, deixando-o registrado no sistema, convertidos em lances na abertura da sessão;

6.1.2. Durante a sessão pública também poderão ser ofertados lances que serão registrados em tempo real; 45

6.1.3. Se o participante não estiver logado no momento da sessão pública, concorrerá com o lance registrado.

6.2. Presencial: O participante deverá mostrar interesse ao leiloeiro e declarar o valor do seu lance;

7. DAS ADVERTÊNCIAS:

7.1. A Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado informa ao(s) arrematante(s) que em conformidade com o art. 61, §13, complementado pelo art. 63-C, §5º, ambos da Lei nº 11.343/2006, com a redação dada pela Lei 13.886, de 26 de agosto de 2019 "na alienação de veículos, embarcações ou aeronaves, a autoridade de trânsito ou o órgão de registro equivalente procederá à regularização dos bens no prazo de 30 (trinta) dias, ficando o arrematante isento do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao antigo proprietário" (grifo nosso).

7.2. Durante a realização do leilão, fica PROIBIDA A CESSÃO, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante.

7.3. O Leiloeiro Público Oficial, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/Senad e a Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado não se enquadram na condição de fornecedores, intermediários, ou comerciantes, sendo aqueles, meros mandatários, ficando EXIMIDOS de eventuais

responsabilidades por defeitos ou vícios ocultos que possam existir, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, bem como de qualquer responsabilidade em caso de evicção (art. 448, do Código Civil Brasileiro) e ou tributária, relativamente aos bens alienados (vendidos).

7.4. Correrá por conta dos arrematantes a transferência dos bens (veículos) adquiridos, o pagamento de quaisquer taxas de transferência e a habilitação dos bens arrematados às finalidades a que se destinam, além da multa de averbação e inspeção ambiental, se incidentes, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DA ARREMATAÇÃO, ficando o Leiloeiro Público Oficial e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/Senad, ISENTOS de toda e qualquer situação ou responsabilidades decorrentes.

7.5. Para a transferência de propriedade de bens (veículos), o arrematante deverá requerer, junto ao órgão de trânsito competente (Coordenadoria do Renavam), o número do CRV-Certificado de Registro de Veículo (2ª Via do CRV), conforme orientações do DENATRAN-Departamento Nacional de Trânsito.

7.6. Em caso de devolução de lote arrematado, por motivo de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, antes da apresentação da prestação de contas (item "11.9"), a ser realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, este deverá ressarcir ao arrematante, após deferimento prévio da Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado e definitivo da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/Senad, o valor pago pela arrematação e o percentual a título de comissão (5% do valor de arrematação). Se posterior àquela prestação de contas, a Secretaria 46 Nacional de Políticas sobre Drogas/Senad poderá ressarcir o valor pago pela arrematação, devendo, nesse caso, o Leiloeiro Público Oficial restituir a comissão paga.

7.7. A demora decorrente de outro órgão na desvinculação/retirada de quaisquer ônus sobre o veículo não enseja motivo para cancelamento da arrematação.

7.8. Não será devido qualquer reembolso ao arrematante decorrente de ônus que este opte por arcar sobre veículo. No que tange à entrega dos veículos livres de ônus e desembaraços, o Leiloeiro e a Comitente apenas solicitarão aos órgãos responsáveis pelos ônus que realizem a retirada destes.

7.9. O arrematante deve periodicamente consultar no site do DETRAN se todos os ônus que não lhe são devidos, e que recaem sobre os veículos por ele arrematados, foram retirados.

7.10. Para consultar no site do Detran são necessários a placa e o número RENAVAM dos veículos arrematados, fornecidos pelo leiloeiro.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

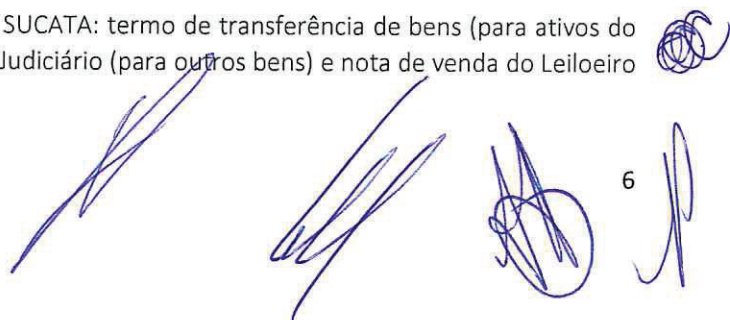
8.1. Será considerada vencedora a proposta que apresentar maior valor de lance para o lote.

9. DA ENTREGA DO BEM

9.1. A entrega do bem ao arrematante dar-se-á em contra recibo do leilão, também lhe sendo entregue, somente naquela oportunidade, o respectivo "PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE BENS DO FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS/FUNAD", únicos documentos a serem repassados ao arrematante, conforme abaixo discriminado.

9.1.1.COM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO: termo de transferência de bens (para ativos do Funad), documentos emitidos pelo Poder Judiciário (para outros bens) e nota de venda do Leiloeiro Público Oficial.

9.1.2. SEM DIREITO À DOCUMENTAÇÃO - SUCATA: termo de transferência de bens (para ativos do Funad), documentos emitidos pelo Poder Judiciário (para outros bens) e nota de venda do Leiloeiro Público Oficial.



9.2. O arrematante disporá do prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data do leilão, para efetuar a retirada/remoção do lote arrematado de seu local de armazenamento, isento de quaisquer ônus a título de estadia, guarda e conservação. Findo esse prazo, as despesas dessa natureza, caso devidas, correrão por sua conta até o momento de retirada do bem.

9.3. Ainda que cumpridas as demais exigências deste edital, a não retirada dos bens dos recintos dos armazenadores no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data da arrematação, implicará declaração tácita de abandono, retornando o bem ao patrimônio do Funad, independentemente de comunicação, para ser leiloado em outra oportunidade. Nesse caso haverá a perda de todos os valores já despendidos pelo arrematante/comprador, ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, devidamente comprovadas e aceitas pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado.

9.4. As despesas com a remoção dos bens dos locais onde se encontram, conforme item "2" deste edital, correrão por conta exclusiva dos arrematantes.

10. DA ATA

10.1. Encerrado o leilão, será lavrada ata circunstanciada, na qual figurarão os lotes vendidos, os valores de arrematação, bem como os trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes.

10.2. A ata será assinada, ao fim do evento, pelo apregoador, pelos membros da Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado e licitantes presentes que desejarem.

11. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1. Estarão sujeitas às sanções e penalidades previstas na Lei 8.666, de 1993 e suas alterações todas as pessoas físicas e jurídicas que participarem do leilão.

11.2. O arrematante que deixar de cumprir os dispositivos contidos neste Edital, será considerado inadimplente bem como submetido às sanções administrativas previstas nos incisos I e II, do art. 87 da Lei 8.666, de 1993, ficando este obrigado a pagar o valor da comissão devida ao Leiloeiro e ainda sujeito às penalidades indicadas na Lei nº 8.666, de 1993.

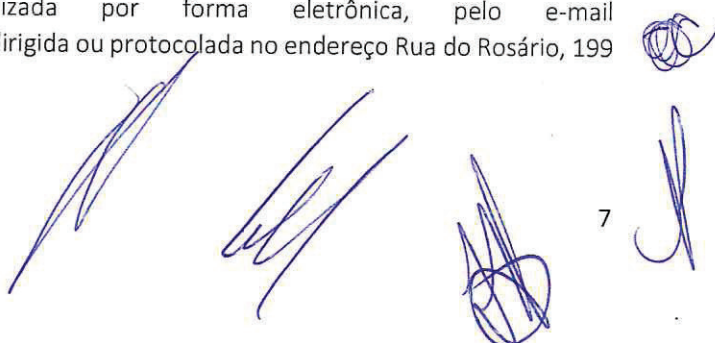
11.3. As sanções previstas são aplicáveis também às empresas e aos profissionais que tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados conforme art. 88, inciso II da Lei 8.666, de 1993.

11.4. São aplicáveis, ainda, as sanções previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 1993, que trata dos Crimes e das Penas.

12. IMPUGNAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E RECURSOS

12.1. As impugnações referentes ao edital poderão ser feitas por qualquer pessoa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.

12.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail gestao.ativos@policiacivil.ce.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua do Rosário, 199 – Centro, Fortaleza/CE.



7

12.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do leilão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

12.4. Caberá à Comissão de Leilão decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a 48 realização do certame.

12.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Comissão de Leilão, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico no endereço gestao.ativos@policiacivil.ce.gov.br ou protocoladas no endereço indicado no Edital.

12.7. Os recursos contra atos da administração referentes à habilitação e ao julgamento das propostas, poderão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação do resultado do certame nos termos do artigo 109 da Lei 8.666, de 1993.

12.8. Os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser devidamente motivados e manifestadas por escrito, protocolado o original, mediante recebimento na 2ª (segunda) via, no endereço Rua do Rosário, 199 – Centro, Fortaleza/CE, horário de funcionamento de 09:00h – 12:00h e 14:00h – 17:00h, ou então por meio do correio eletrônico gestao.ativos@policiacivil.ce.gov.br.

12.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.10. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Comissão de Leilão serão entranhadas nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A descrição dos lotes se sujeita às correções apregoadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminação de distorções, caso verificadas.

13.2. A Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado, por intermédio do seu presidente, ou a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/Senad poderá, por motivos justificados, retirar do leilão qualquer um dos lotes, situação que deverá ser devidamente justificada e consignada em ata.

13.3. O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado poderá, no interesse público, revogar o leilão, parcial ou totalmente, devendo, no caso de ilegalidade, anulá-lo, a qualquer momento, em despacho fundamentado, quer de ofício, quer mediante fundamentada provocação de terceiros.

13.4. Na hipótese de anulação, não terá o arrematante direito à restituição do valor pago a título de caução e da comissão do Leiloeiro Público Oficial, se houver, de qualquer forma, concorrido para a prática da ilegalidade.

13.5. Da decisão anulatória ou do ato de revogação, referidos no subitem “13.3”, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação daqueles atos, o qual deverá ser interposto diretamente à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado.

13.6. Os prazos aludidos neste edital só se iniciam e vencem em dias de expediente da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/Senad.

13.7. Não havendo expediente no dia marcado para o início do leilão, o mesmo será levado a efeito, no primeiro dia útil seguinte, mantidos, porém, o mesmo horário 49 e local.

13.8. Aos arrematantes dos bens constantes do anexo, caberá o pagamento de IPVA proporcional, incidente sobre o veículo após a data do leilão, bem como outras taxas, caso devidas e, ainda, o recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações-ICMS correspondente, antes da sua retirada do pátio onde se encontram, caso incidentes.

13.9. O Leiloeiro Público Oficial efetuará a prestação de contas do presente certame à Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de sua realização, fazendo-se menção à realização de todas as atividades.

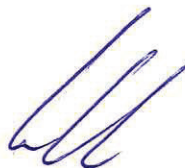
13.10. Informações adicionais, relativas ao evento, serão prestadas pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado, em horário comercial nos telefones (85) 3101-7300 ou, ainda, pelos telefones: (85) 3279-6038, com o Leiloeiro Público Oficial Celso Alves Cunha.

13.11. É facultada ao Leiloeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.12. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do apontamento da omissão.

13.13. Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, para discussão de eventuais litígios oriundos desta licitação, com renúncia de qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

Fortaleza/CE, 13 de julho de 2020.



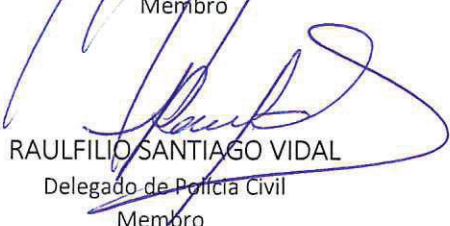
SÉRGIO PEREIRA DOS SANTOS
Delegado Geral Adjunto
Presidente da Comissão Gestora



TEREZA CRISTINA CRUZ
Delegada de Polícia Civil
Membro



OTÁVIO DUARTE VIEIRA COUTINHO
Delegado de Polícia Civil
Membro



RAULFILIO SANTIAGO VIDAL
Delegado de Polícia Civil
Membro

PAULO CID TORRES DA SILVA FILHO
Delegado de Polícia Civil
Membro



LUCAS SALDANHA DE ARAGÃO
Delegado de Polícia Civil
Membro

ANEXO I

Eu, [nome completo do(a) interessado(a)], inscrito(a) no CPF sob o [número do CPF do(a) interessado(a)], declaro, para fins de participação do leilão aberto pelo Edital XX/XXX, assumir total responsabilidade pelo estado do bem adquirido, visto ter optado por NÃO fazer a visitação presencial deste, razão pela qual declaro aceitar o bem no estado que se encontra, estando ciente de não poder fazer reclamações posteriores.

Por ser verdade, firmo o presente para que surtam seus efeitos legais.

[CIDADE], [DIA] DE [MÊS] DE [ANO].

[Nome/Assinatura do(a) interessado(a)]

ANEXO II

LOTE	LEILÃO	PLACA	MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	COR	CHASSI	AVALIAÇÃO	TIPO
1	02/2020	ALL1613	FORD / FIESTA STREET	2003	2003	PRETA	9BFBRZFHA3B435851	R\$ 1.000,00	SUCATA
2	02/2020	CRJ3848	FIAT / PALIO EX	1999	2000	CINZA	9BD178096Y0951220	R\$ 700,00	SUCATA
3	02/2020	AIK2479	VW / GOL SPECIAL	1999	1999	BRANCA	9BWZZZ377XP040427	R\$ 700,00	SUCATA
4	02/2020	JF26023	FIAT / SIENA FIRE	2003	2003	VERDE	9BD17201233051534	R\$ 1.000,00	SUCATA
5	02/2020	HWA5227	FIAT / PALIO EX	1999	2000	CINZA	9BD178296Y0940155	R\$ 700,00	SUCATA
6	02/2020	HVU9937	REB / KRONE TQ123 30	1998	1998	PRETA	9AU211230W1032846	R\$ 1.200,00	SUCATA
7	02/2020	HWJ7113	VW - PARATI 1.8	2001	2001	BEGE	9BWDC05X51T141263	R\$ 2.600,00	CIRCULAÇÃO
8	02/2020	HWP5696	VW / GOL SPECIAL	2002	2003	BRANCA	9BWCA05Y93T005554	R\$ 2.000,00	CIRCULAÇÃO
9	02/2020	HDJ5887	GM / CELTA 4P LIFE	2005	2006	PRATA	9BGRZ48906G142892	R\$ 2.500,00	CIRCULAÇÃO
10	02/2020	NRD3197	HONDA/NXR 150 BROS	2009	2009	VERMELHA	9C2KD04209R025713	R\$ 1.400,00	CIRCULAÇÃO
11	02/2020	HWM0520	GM / OPALA DIPLOMATA SE	1991	1991	VERDE	9BGVR69HMMB105944	R\$ 4.800,00	CIRCULAÇÃO
12	02/2020	ORQ2025	HONDA/CG 125 FAN ESD	2013	2014	PRETA	9C2JC4160ER001956	R\$ 1.200,00	CIRCULAÇÃO
13	02/2020	HXD0143	VW / GOL 16V POWER	2002	2002	BEGE	9BWCA05X22T133396	R\$ 1.900,00	CIRCULAÇÃO
14	02/2020	HYS8881	FORD / KA 1.6	2007	2007	CINZA	9BFNSZGDA7B643545	R\$ 3.200,00	CIRCULAÇÃO
15	02/2020	HYE3151	VW / GOL 1.6 POWER	2006	2006	PRATA	9BWCB05W36P037618	R\$ 3.400,00	CIRCULAÇÃO
16	02/2020	HYV9678	GM / CORSA SEDAN PREMIUM	2008	2009	BRANCA	9BGXM19809B218662	R\$ 3.800,00	CIRCULAÇÃO
17	02/2020	HWV1927	GM / CLASSIC LIFE	2008	2009	PRETA	9BGSA19909B156034	R\$ 3.300,00	CIRCULAÇÃO
18	02/2020	AOM5445	GM / CELTA 2P LIFE	2007	2007	VERMELHA	9BGRZ08907G235704	R\$ 2.500,00	CIRCULAÇÃO
19	02/2020	OCD0885	VW / GOL 1.6	2011	2012	PRETA	9BWAB05U9CT040144	R\$ 4.900,00	CIRCULAÇÃO
20	02/2020	NOK6660	MMC / PAJERO TR4 FLEX	2008	2008	PRATA	93XFRH77W8C833237	R\$ 5.500,00	CIRCULAÇÃO
21	02/2020	NQT4149	FORD / FIESTA FLEX	2009	2010	VERMELHA	9BFZF55A4A8477723	R\$ 3.500,00	CIRCULAÇÃO
22	02/2020	NRC7327	GM / CLASSIC LIFE	2009	2010	PRETA	9BGSA1910AB127152	R\$ 3.300,00	CIRCULAÇÃO
23	02/2020	BWQ4377	REB / RODOVIARIA SR FD CG	1994	1994	PRATA	9ARF13030R034577	R\$ 1.600,00	CIRCULAÇÃO
24	02/2020	OGE7000	CHEVROLET / CAMARO 2SS	2012	2013	PRETA	2G1F91EJ7D9113665	R\$ 24.200,00	CIRCULAÇÃO
25	02/2020	NQW9316	CITROEN / C4 PALLAS 20GAF	2010	2011	PRATA	8BCLDRFJWBG525346	R\$ 4.400,00	CIRCULAÇÃO
26	02/2020	MZC0901	TOYOTA / COROLLA XEI18VVT	2003	2003	BEGE	9BR53ZEC238523805	R\$ 4.200,00	CIRCULAÇÃO
27	02/2020	OCH9254	FIAT / SIENA FIRE FLEX	2011	2012	VERMELHA	8AP17206LC2217260	R\$ 4.400,00	CIRCULAÇÃO
28	02/2020	NVC4966	RENAULT / LOGAN EXP 16	2010	2011	PRATA	93YLSR7UHB1606740	R\$ 3.600,00	CIRCULAÇÃO
29	02/2020	NQM4687	VW / GOL 1.0	2009	2010	PRATA	9BWAA05U6AP030650	R\$ 3.400,00	CIRCULAÇÃO
30	02/2020	HYW9245	HONDA / CIVIC LXS FLEX	2007	2008	PRATA	93HFA66408Z106926	R\$ 5.700,00	CIRCULAÇÃO
31	02/2020	HXT6768	HONDA / CIVIC LXS	2006	2007	PRATA	93HFA15307Z115616	R\$ 5.700,00	CIRCULAÇÃO
32	02/2020	NUO6358	GM / CAPTIVA SPORT FWD	2010	2010	PRATA	3GNALHEVXA5659445	R\$ 6.900,00	CIRCULAÇÃO
33	02/2020	OAS3588	FIAT / PALIO WEEK TREKKING	2011	2012	PRATA	9BD17350EC4372301	R\$ 5.000,00	CIRCULAÇÃO
34	02/2020	AIW2393	M.BENZ / L 1513	1976	1976	AMARELO	34500512269708	R\$ 6.100,00	CIRCULAÇÃO
35	02/2020	NQQ2765	VW / GOL 1.0	2009	2010	PRATA	9BWAA05U9AP021747	R\$ 2.800,00	CIRCULAÇÃO
36	02/2020	MVV5864	FORD / RANGER XLS 13F	2004	2004	PRATA	8AFER13F94J350690	R\$ 6.800,00	CIRCULAÇÃO
37	02/2020	AOF0077	SCANIA / T113 H 4X2 360	1994	1994	AZUL	9BSTH4X2Z2R3252740	R\$ 14.900,00	CIRCULAÇÃO
38	02/2020	OIL0483	VW / FOX 1.6 GII	2012	2012	VERMELHA	9BWAB05Z8C4151287	R\$ 5.300,00	CIRCULAÇÃO
39	02/2020	NZU5283	RENAULT / DUSTER 20 D 4X4	2012	2012	PRATA	93YHSR6R3DJ272561	R\$ 6.800,00	CIRCULAÇÃO
40	02/2020	ORS0851	VW / NOVO GOL 1.0	2012	2013	PRATA	9BWAA05U2DP135707	R\$ 3.700,00	CIRCULAÇÃO
41	02/2020	PGO3874	FIAT / UNO ECONOMY	2013	2014	BRANCA	9BD195173E0534414	R\$ 4.100,00	CIRCULAÇÃO
42	02/2020	ORO3971	VW / JETTA 2.0	2012	2013	BRANCA	3VWDJ2160DM038874	R\$ 8.100,00	CIRCULAÇÃO
43	02/2020	ORX6469	VW / NOVO VOYAGE 1.6	2012	2013	PRETA	9BWDB05U3DT169091	R\$ 5.100,00	CIRCULAÇÃO
44	02/2020	NWD7668	SR / LIBRELATO SRAC 3E	2011	2011	VERMELHA	9A9AC4273BLDJ5148	R\$ 4.200,00	CIRCULAÇÃO
45	02/2020	ORN1338	TOYOTA / ETIOS SD X	2013	2014	PRETA	9BRB29B3E2027373	R\$ 6.200,00	CIRCULAÇÃO
46	02/2020	OIC4110	FORD / FIESTA HA 1.5L S	2014	2014	BRANCA	9BFZD55J7FB753330	R\$ 6.200,00	CIRCULAÇÃO
47	02/2020	IAI3100	IVECO / STRALISHD 570S38TN	2007	2007	BRANCA	93ZS2MRH078705565	R\$ 19.700,00	CIRCULAÇÃO
48	02/2020	HYF1459	FORD / FIESTA	2003	2004	BRANCA	9BFZF10B348150713	R\$ 2.000,00	CIRCULAÇÃO